

Avaliação dos fatores determinantes da evasão estudantil: um estudo de caso no Instituto Federal da Paraíba, campus Cabedelo

Kaline Silva Castro^{[1]*}, Jonas Abel Gonçalves Garcia^[2], Davi Paiva Assis^[3], Amanda Becker Queiroz Matias Pereira Lopes^[4], Yasmim Câmara Ferreira^[5], Rebeca Vinagre Farias^[6]

^[1] kaline.castro@ifpb.edu.br, ^[2] jonas.abel@academico.ifpb.edu.br, ^[3] davi.paiva@academico.ifpb.edu.br, ^[4] amanda.becker@academico.ifpb.edu.br, ^[5] yasmim.camara@academico.ifpb.edu.br, ^[6] rebeca.farias@ifpb.edu.br. Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Cabedelo, Paraíba, Brasil.

* autora correspondente

Resumo

A evasão estudantil é um desafio enfrentado por diversas instituições de ensino e pode gerar impactos sociais e econômicos significativos no país, principalmente quando a evasão é definitiva e ocorre em instituições públicas. A falta de mão de obra qualificada pode comprometer o setor produtivo, reduzir as oportunidades de melhoria de renda e prejudicar o desenvolvimento humano e a consciência social. Nesse contexto, os Institutos Federais merecem atenção especial, pois, apesar de sua recente criação, apresentam grande potencial para a formação de profissionais qualificados, atuam em diferentes níveis e modalidades de ensino e estão presentes em diversas regiões do Brasil. Este estudo tem como objetivo avaliar os possíveis fatores individuais, institucionais e externos associados à evasão em cursos presenciais do Instituto Federal da Paraíba, Campus Cabedelo. Trata-se de um estudo de caso realizado por meio de questionários online direcionados aos alunos que evadiram da instituição nos anos de 2023 e 2024, no período pós-pandemia. Os principais achados indicaram que os fatores externos foram as causas mais frequentemente relatadas para a evasão, seguidos pelos fatores individuais e institucionais. Dentre os fatores externos, destacaram-se as dificuldades de transporte até o Campus Cabedelo, a falta de segurança no trajeto para casa e a distância entre o campus e a residência dos alunos. Os fatores individuais estiveram relacionados principalmente a circunstâncias pessoais, como a dificuldade de conciliar estudo e trabalho, além de problemas de saúde, com destaque para condições de saúde mental, como ansiedade e depressão. Os fatores institucionais que contribuíram para a evasão foram associados principalmente ao apoio estudantil insuficiente. Além disso, a população pesquisada foi composta predominantemente por indivíduos adultos, empregados e que não retornaram aos estudos após a evasão. Conclui-se que os dados são relevantes para o monitoramento do fenômeno da evasão no contexto dos Institutos Federais e permitem identificar o perfil mais propenso à evasão, subsidiando o desenvolvimento de medidas preventivas.

Palavras-chave: assistência estudantil; educação superior; evasão; Instituto Federal; trajetória acadêmica.

Assessment of determining factors for student dropout: a case study at the Federal Institute of Paraíba, Cabedelo campus

Abstract

Student dropout is a challenge faced by several educational institutions and can generate significant social and economic impacts on the country, especially when the withdrawal is definitive and occurs within public institutions. The lack of qualified labor may compromise the productive sector, reduce opportunities for income improvement, and hinder human development and social awareness. In this context, Federal Institutes deserve special attention, as, despite their recent establishment, they present great potential for training skilled professionals, operate across different educational levels and modalities, and are present in various regions of Brazil. This study aims to assess the possible individual, institutional, and external factors associated with dropout in on-site courses at the Federal Institute of Paraíba, Cabedelo Campus. It is a case study conducted using online questionnaires directed to students who dropped out of the institution in 2023 and 2024, during the post-pandemic

period. The main findings indicated that external factors were the most frequently reported causes of dropout, followed by individual and institutional factors. Among the external factors, transportation difficulties to the Cabedelo Campus, lack of safety on the way home, and the distance between the campus and students' residences stood out. Individual factors were primarily related to personal circumstances, such as the difficulty of balancing study and work, as well as health issues, with emphasis on mental health conditions such as anxiety and depression. Institutional factors contributing to dropout were mainly associated with insufficient student support. Additionally, the surveyed population consisted predominantly of adult individuals who were employed and did not return to their studies after dropping out. It is concluded that the data are relevant for monitoring the dropout phenomenon in the context of Federal Institutes and allow the identification of the profile most prone to withdrawal, thereby supporting the development of preventive measures.

Keywords: academic trajectory; dropout; Federal Institute; higher education; student support.

1 Introdução

O Brasil tem empreendido esforços para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, visando à elevação da qualidade da educação e à formação de profissionais qualificados. Um exemplo relevante foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), responsáveis pela oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino. A estrutura multicampi dessas instituições, associada à política de interiorização e à definição territorial clara, possibilitou a implantação de cursos em diversos municípios brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento regional. Nesse processo, os cursos passaram a ser definidos com base em audiências públicas e escuta ativa da sociedade, em sintonia com as potencialidades locais (Pacheco, 2011; Otranto, 2010;).

Apesar dessa abordagem inovadora e da formação voltada para o mundo do trabalho, os IFs enfrentam desafios semelhantes aos observados em outras instituições de educação básica, como os elevados índices de evasão estudantil (Fredenhagen *et al.*, 2012). De acordo com Pinheiro, Ribeiro e Fernandes (2023), o termo "evasão" refere-se à saída definitiva do estudante do curso ao qual estava vinculado, sem a respectiva conclusão. Essa saída pode ocorrer por migração para outro curso, transferência para outra instituição ou abandono do sistema de ensino, implicando na descontinuidade da trajetória acadêmica. Em todos os casos, os efeitos negativos recaem tanto sobre a instituição quanto sobre o próprio discente, principalmente quando há desligamento do sistema educacional.

De acordo com o MEC (2014), situações de transferência interna e externa, desistência e evasão resultam no insucesso da matrícula e são consideradas no cálculo da taxa de evasão da instituição. Na transferência interna, o estudante muda de curso dentro da mesma unidade de ensino; na transferência externa, ocorre a mudança para outra unidade ou instituição. A desistência caracteriza-se pela comunicação formal do estudante manifestando o desejo de não continuar no curso, enquanto a evasão se refere ao abandono do curso, sem renovação da matrícula ou formalização do desligamento.

Dessa forma, a evasão configura-se como um fenômeno complexo que tem gerado preocupação em instituições de ensino públicas e privadas. Trata-se de uma interrupção no percurso educacional, motivada por múltiplos fatores, os quais podem estar relacionados tanto a aspectos individuais — como expectativas em relação ao futuro profissional — quanto institucionais, incluindo a oferta de cursos desalinhados às demandas da sociedade (Baggi; Lopes, 2011).

Segundo Freitas (2009), instituições que não atendem às necessidades dos estudantes e permitem a evasão sem compreender suas causas tornam-se obstáculos ao avanço educacional. A desistência de estudantes representa desperdício de recursos públicos e institucionais, além de prejuízos ao sistema social e econômico do país. Os investimentos realizados para viabilizar a formação desses sujeitos deixam de produzir mão de obra qualificada e humanizada para o mercado de trabalho. Adicionalmente, a evasão pode restringir o acesso de novos candidatos à educação, especialmente diante da limitação de vagas em instituições técnicas e de ensino superior (Silva Filho *et al.*, 2007).

Nesse cenário, evitar o aumento de excluídos dos sistemas de ensino constitui responsabilidade coletiva. Assim, emergem questionamentos relevantes que demandam investigação científica: Quais

são os fatores individuais, institucionais e externos que se relacionam com um maior risco de desistência ou permanência nos cursos? Em que momento da trajetória acadêmica o risco de evasão se intensifica?

Ao abordar tais problemáticas, destaca-se o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cabedelo, situado no município de Cabedelo, cidade portuária localizada entre o Oceano Atlântico e o Rio Paraíba. O município distingue-se pela expressiva diversidade cultural e natural, com ecossistemas preservados e patrimônio material e imaterial significativo. Nessa localidade, o Campus tem contribuído para a transformação social por meio da oferta de uma educação de qualidade, alicerçada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Também tem promovido a construção de itinerários formativos sólidos e fomentado as potencialidades econômicas locais, em uma perspectiva de sustentabilidade ambiental (IFPB, 2025). Apesar do papel estratégico, a evasão tem sido observada pela comunidade acadêmica e demanda investigação aprofundada.

A evasão estudantil representa um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino brasileiras, especialmente por seu impacto no uso de recursos públicos. As razões para a interrupção dos estudos são diversas e, em certos casos, estão diretamente relacionadas ao perfil institucional. Assim, conhecer os fatores que contribuem para o abandono do percurso educacional torna-se fundamental para orientar ações de enfrentamento e mitigação do fenômeno. Contudo, ainda são escassas as pesquisas que se dedicam à análise aprofundada das causas da evasão nos IFs brasileiros.

Ademais, compreender esse fenômeno exige considerar o contexto específico de cada unidade, dado o cenário de desigualdades regionais, o recente processo de democratização do ensino por meio das instituições públicas, e as características internas que influenciam a permanência ou desistência estudantil. Entre essas características destacam-se: presença de componentes curriculares voltados à curricularização da extensão; formação orientada pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão; e implementação de políticas de assistência estudantil.

Diante da relevância da temática, justifica-se a realização de pesquisas que permitam identificar os determinantes da evasão e contribuam para a formulação de políticas institucionais e, consequentemente, de diretrizes mais amplas para seu controle no âmbito dos Institutos Federais. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar os fatores individuais, institucionais e externos relacionados à evasão de estudantes dos cursos presenciais do IFPB, Campus Cabedelo, no período pós-pandemia da COVID-19, durante os anos de 2023 e 2024.

No resto deste trabalho, a seção 2 explora as principais abordagens sobre evasão escolar e as especificidades dos IFs como instituições recentes no cenário educacional brasileiro. A seção 3 apresenta os procedimentos adotados para a realização do estudo transversal, desenvolvido com o apoio de um questionário estruturado, voltado à investigação dos fatores individuais, institucionais e externos associados à desistência. Na seção 4 são apresentados os resultados e suas interlocuções com a literatura científica. Por fim, na seção 5, as considerações finais sintetizam os principais fatores identificados no Campus Cabedelo como determinantes da evasão.

2 Referencial teórico

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), criados em 2008, ofertam “educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (Brasil, 2008). Nesse contexto, tornam-se relevantes os estudos que buscam compreender as causas da evasão nos IFs, instituições ainda recentes no país e dotadas de características específicas. Ademais, é necessário considerar diferentes modelos teóricos para a compreensão desse fenômeno no Brasil, uma vez que as instituições refletem as culturas locais e que a democratização do ensino, responsável pelo aumento do acesso das classes populares ao ensino superior, intensificou-se sobretudo nas duas últimas décadas (Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023).

Os IFs foram criados em 2008 e ofertam “educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos

diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (Brasil, 2008). Assim, são importantes os estudos capazes de compreender as causas da evasão nos IFs, instituições com características próprias e ainda novas no país. Em acréscimo, torna-se importante levar em consideração diferentes modelos teóricos para compreender esse fenômeno no Brasil, uma vez que as instituições refletem as culturas locais e que a democratização do ensino, que promoveu um maior acesso das classes populares ao ensino superior, ocorreu principalmente a partir das últimas duas décadas (Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023).

O estudo desenvolvido por Pinheiro, Ribeiro e Fernandes (2023) reuniu modelos teóricos consolidados internacionalmente no campo da evasão escolar. Os autores destacaram as seguintes abordagens: a teoria da integração social e acadêmica de Tinto (1970 *apud* Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023), o modelo de atrito do estudante de Bean (1980 *apud* Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023), a teoria do envolvimento de Astin (1980 *apud* Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023), o conceito de afiliação de Coulon (1980 *apud* Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023) e o modelo interacionista de Cabrera, Nora e Castaneda (1990 *apud* Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023). A teoria de Tinto relaciona a permanência do estudante ao grau de sua integração acadêmica e social na instituição: quanto maior a integração, maior a probabilidade de permanência. O modelo de Bean considera fatores ambientais e individuais na decisão de evasão, como experiências prévias do estudante, estrutura institucional, certeza na escolha do curso, possibilidade de transferência, relações conjugais, entre outros. A teoria do envolvimento enfatiza a participação ativa dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão como fator de permanência. O conceito de afiliação aborda o processo gradual de familiarização com a cultura institucional; sua ausência pode levar à evasão. Por fim, o modelo interacionista de Cabrera, Nora e Castaneda acrescenta a variável financeira como elemento que favorece a permanência estudantil.

No contexto brasileiro, ainda se observa a necessidade de consolidação de modelos teóricos mais abrangentes, capazes de contemplar as especificidades da evasão nas universidades do país (Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023). Embora não se baseie em um modelo teórico específico, o presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso, cujo objetivo é analisar a evasão em uma instituição localizada no Nordeste brasileiro, buscando identificar fatores individuais, institucionais e externos que possam contribuir para a desistência nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertados.

Diversos estudos sobre evasão, em distintas modalidades e instituições de ensino, contribuem para o entendimento do fenômeno. Paula (2021), por exemplo, analisou a relação entre desigualdades sociais e evasão no ensino superior público federal, concluindo que a origem social, isoladamente, não explicava de forma expressiva a evasão. Destacou-se, ainda, a importância de delinear pesquisas que diferenciem os tipos e os motivos da evasão, como forma de embasar políticas públicas mais eficazes.

Na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Nierotka, Salata e Martins (2023) realizaram um estudo longitudinal por coorte e constataram que a evasão tende a ocorrer com maior frequência no primeiro ano de curso. Identificaram ainda que o bom desempenho acadêmico, o apoio social e o ingresso na primeira opção de curso reduzem significativamente a probabilidade de evasão. O nível socioeconômico, por outro lado, não se apresentou como fator determinante.

Santos Junior e Real (2019), ao analisarem a produção de dissertações e teses entre 2000 e 2018, observaram que o fator institucional é pouco explorado como causa da evasão na educação superior. A análise revelou predominância de estudos de caso em cursos presenciais de universidades federais. Diante disso, a presente pesquisa propõe-se a interpretar a evasão com base em fatores pessoais, institucionais e externos no contexto do IFPB.

A dissertação de Costa (2018) examinou, por meio de estudo longitudinal, a evasão nas universidades federais brasileiras entre 2011 e 2016, utilizando dados do Censo da Educação Superior. Os resultados indicaram que 41,2% dos ingressantes de 2011 haviam evadido até 2016. Os maiores índices de evasão foram associados aos seguintes perfis: homens, pretos, cursos localizados no interior, licenciaturas, turnos noturnos, ausência de apoio social e falta de envolvimento em atividades de pesquisa e extensão. Esses achados reforçam a necessidade de investigar o contexto específico do IFPB, Campus Cabedelo, que oferta diversas modalidades de ensino (cursos técnicos subsequentes e

integrados ao ensino médio, tecnológicos, licenciaturas, PROEJA e especializações), em diferentes turnos, com políticas de assistência estudantil e com presença ativa de projetos de pesquisa e extensão.

No Estado da Paraíba, um estudo baseado em dados do Censo da Educação Superior analisou a evasão no ensino superior em instituições públicas e privadas entre 2002 e 2016. Constatou-se que as políticas de financiamento, embora importantes, ainda não conseguiram reduzir efetivamente a evasão, sobretudo na rede privada. O estudo destacou a necessidade de políticas de acolhimento e acompanhamento contínuos dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica (Branco, 2020). O IFPB, Campus Cabedelo, instituição pública inserida nesse contexto, pode estar enfrentando desafios semelhantes quanto à evasão estudantil, o que reforça a importância de se conhecer a realidade local e analisar o papel das políticas institucionais de permanência.

No âmbito do ensino técnico, Mendes (2013) investigou os processos de inclusão e evasão no Ensino Médio, com foco na motivação como elemento central. Concluiu-se que a motivação, fortemente influenciada pela experiência escolar, pode estar relacionada tanto à permanência quanto à evasão, apontando para a necessidade de aprofundar esse debate na educação pública.

A partir de uma revisão sistemática, Sacramento, Albuquerque e Cypriano (2021) mapearam trabalhos sobre evasão e permanência no ensino técnico de nível médio integrado, entre 2011 e 2020. As causas de evasão mais recorrentes foram classificadas em três esferas: individual, institucional e externa. No nível individual, destacaram-se: discrepância de conhecimentos e habilidades no ingresso, falta de identificação com o curso, histórico de retenções e questões emocionais. No âmbito institucional, as causas relacionaram-se a práticas pedagógicas pouco atrativas e à organização curricular inadequada. Entre os fatores externos, sobressaíram a distância entre a residência e o campus, bem como dificuldades econômicas.

Rosa e Aquino (2019) argumentam que a escassez de informações sobre a evasão no ensino técnico dificulta a formulação de estratégias de enfrentamento. Apontam, ainda, que a ausência de uma identidade clara no ensino técnico contribui para a evasão. Defendem, portanto, uma formação integral e humanizada, capaz de construir vínculos significativos entre estudantes e seus cursos, superando a visão de formação subordinada às demandas do mercado.

Nesse sentido, a realidade investigada neste estudo apresenta ações que favorecem o envolvimento estudantil, como a curricularização da extensão por meio de componentes curriculares como “Projetos Integradores”, no ensino técnico integrado, e “Projetos Interdisciplinares”, no ensino superior. Tais disciplinas, articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovem a aproximação dos estudantes com a realidade local, fomentando a consciência social e a formação humana integral.

Conhecer o fenômeno da evasão no contexto do IFPB, Campus Cabedelo, é de extrema relevância para subsidiar ações e políticas institucionais que contribuam para sua redução. Além disso, os dados obtidos poderão ampliar o conhecimento sobre os fatores determinantes da evasão nos Institutos Federais, instituições ainda em fase de consolidação no Brasil. Algumas características específicas do campus merecem atenção especial na análise da permanência estudantil: a diversidade de modalidades de ensino, a presença de componentes curriculares voltados à extensão, a atuação pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão, a existência de políticas de assistência estudantil, a heterogeneidade do perfil discente, principalmente nos cursos integrados, e a oferta de cursos em diferentes turnos. Este trabalho buscará compreender, também, os fatores individuais, institucionais e externos que influenciam a evasão nessa unidade de ensino.

3 Método da pesquisa

A pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso com abordagem descritiva e quantitativa, estruturado a partir de um corte transversal. Como estratégia de coleta de dados, foram utilizados dois questionários semiestruturados. Conforme Gil (2022), o estudo de caso se destaca por permitir uma investigação aprofundada de um número reduzido de unidades de análise. Nesse contexto, a presente investigação foi desenvolvida no IFPB, Campus Cabedelo, com foco na identificação e detalhamento de fatores associados à evasão escolar. A pesquisa transversal, por sua vez, consiste em um recorte temporal específico, sem o acompanhamento longitudinal dos sujeitos (Rodrigues, 2006). Quanto ao

caráter descritivo, Appolinário (2011) ressalta que esse tipo de investigação busca observar e relatar fenômenos sem interferência do pesquisador. Ainda segundo esse autor, a abordagem quantitativa envolve a mensuração e análise de dados numéricos.

Inicialmente, realizou-se um levantamento interno no sistema SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) do IFPB, Campus Cabedelo, com o intuito de identificar o número de estudantes evadidos, bem como os cursos mais impactados por esse fenômeno. Em seguida, foram aplicados dois questionários: o primeiro com foco em dados sociodemográficos e o segundo destinado à investigação dos motivos associados à evasão.

A população da pesquisa foi composta por estudantes que evadiram de cursos presenciais do IFPB, Campus Cabedelo entre os anos de 2023 e 2024. Esse recorte temporal foi definido por corresponder ao período de retorno das aulas presenciais, após o regime de ensino remoto imposto pela pandemia de COVID-19.

O Campus Cabedelo, fundado em 2008, está localizado no bairro Jardim Cambinho, no município de Cabedelo (PB), e oferta diversos cursos presenciais: dois cursos superiores (Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnologia em Design Gráfico); três cursos técnicos integrados ao ensino médio (Recursos Pesqueiros, Multimídia e Meio Ambiente); dois cursos técnicos subsequentes (Química e Meio Ambiente); e dois cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (Panificação e Pesca). As formações ocorrem em diferentes turnos e atendem a públicos de distintas faixas etárias.

O universo da pesquisa incluiu estudantes evadidos dos cursos presenciais (superiores, subsequentes, integrados e PROEJA). Foram considerados casos de evasão aqueles em que o(a) estudante formalizou a desistência junto à Instituição, trancou a matrícula e não retornou no prazo regulamentar, abandonou as atividades acadêmicas ou solicitou transferência interna ou externa. Todos os estudantes evadidos nos anos de 2023 e 2024 foram convidados a participar do estudo.

Os critérios de inclusão englobaram: ter evadido de um curso presencial no IFPB – Campus Cabedelo entre 2023 e 2024; e manifestar concordância com a participação mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no caso de maiores de idade, ou mediante o Termo de Consentimento dos responsáveis e Termo de Assentimento, no caso de menores. Os critérios de exclusão referiram-se à ausência de acesso à internet por meio de dispositivos (computador, *tablet*, celular) e à recusa de participação, seja por negativa expressa ou ausência de retorno após duas tentativas de contato.

Em relação aos instrumentos de coleta, o primeiro questionário foi elaborado pelos autores com base em diretrizes do Ministério da Educação (MEC, 2007) e investigou aspectos como: idade, cor/raça, estado civil, estrutura familiar, características individuais, trajetória escolar, notas de ingresso e escolha do curso. O segundo instrumento, fundamentado no documento orientador do MEC para enfrentamento da evasão na Rede Federal (MEC, 2014), contemplou três dimensões explicativas: individual (pessoal), institucional e externa. As respostas foram registradas por meio da escala de Likert, variando de 1 (não contribui) a 5 (contribui totalmente).

É importante salientar que os questionários não incluíam itens que permitissem a identificação dos participantes. Ademais, os instrumentos foram adaptados à realidade do Campus Cabedelo e dos cursos ofertados.

Com o intuito de ampliar a compreensão dos dados, foram inseridas questões sobre os fatores que influenciaram a escolha do curso, bem como sobre a trajetória acadêmica durante e após a evasão. Adicionalmente, alguns fatores de evasão não contemplados inicialmente pelo MEC foram incluídos. Na dimensão "individual", foram acrescentados os itens “baixo rendimento acadêmico” e “dificuldade no trabalho em grupo”; na dimensão "institucional", incluíram-se “dificuldade na realização de visitas técnicas”, “presença de conflitos e violência no campus” (como assédio sexual, agressões físicas e verbais) e “práticas de *bullying*”; na dimensão "externa", foi incorporado o fator “insegurança no trajeto de retorno ao domicílio”.

Um estudo piloto foi realizado previamente à aplicação dos questionários definitivos, com 10% da amostra, com o objetivo de validar os questionários adaptados por meio da avaliação da clareza e da aplicabilidade das questões propostas.

Os questionários foram disponibilizados por meio da plataforma Google Forms® e enviados aos participantes via e-mail ou WhatsApp, com aplicação remota e autoadministrada, garantindo a autonomia e o anonimato dos respondentes. A opção pela aplicação remota deveu-se à possibilidade de alcançar os sujeitos de forma eficaz, sem prejuízo à qualidade dos dados. Um pré-teste foi conduzido previamente para assegurar a clareza e a viabilidade das perguntas.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB, sob o número de CAAE 80329224.6.0000.5185. Os participantes acessaram um link com o questionário eletrônico e o TCLE. A primeira pergunta do instrumento referia-se à concordância com os termos éticos da pesquisa.

Para os menores de idade, o TCLE foi enviado previamente aos responsáveis legais. Após a autorização, o estudante recebia o link com o questionário e o Termo de Assentimento, elaborado em linguagem acessível, explicando os objetivos da pesquisa e garantindo o direito à recusa.

O estudo seguiu as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, resguardando a confidencialidade dos dados, o anonimato dos participantes, a privacidade das informações, a proteção da imagem e a não estigmatização dos envolvidos. A coleta de dados pautou-se em abordagem ética e humanizada, obtendo apenas informações estritamente necessárias aos objetivos da pesquisa.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas (Excel 2013) e posteriormente processados no software Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 29.0. A análise contemplou a descrição dos dados por meio de frequências e percentuais, bem como o cálculo de médias dos escores atribuídos às causas da evasão.

4 Resultados e discussões

De acordo com os dados coletados, observou-se a evasão de 398 estudantes dos cursos presenciais ofertados pelo IFPB – Campus Cabedelo, nos anos de 2023 e 2024, distribuídos da seguinte forma: Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA) ($n = 12$); Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA) ($n = 24$); Técnico em Meio Ambiente Integrado ($n = 15$); Técnico em Multimídia Integrado ($n = 16$); Técnico em Recursos Pesqueiros Integrado ($n = 21$); Técnico em Meio Ambiente Subsequente ($n = 27$); Técnico em Química Subsequente ($n = 79$); Licenciatura em Ciências Biológicas ($n = 94$); e Tecnologia em Design Gráfico ($n = 110$). Tal panorama indica maior evasão nos cursos superiores, seguidos dos cursos técnicos subsequentes, integrados e PROEJA.

Os questionários aplicados continham, em conjunto, mais de cem questões, permitindo uma coleta detalhada de informações, ainda que essa extensão tenha representado um desafio à adesão dos participantes. Apesar disso, foi possível caracterizar o perfil sociodemográfico dos estudantes evadidos e identificar fatores individuais, institucionais e externos associados à evasão. A dificuldade de alcançar um maior número de participantes também esteve relacionada à desatualização dos dados de contato, como e-mail e número de telefone. Inicialmente, foi enviado um convite por e-mail, porém muitas mensagens não foram entregues devido à inatividade dos endereços cadastrados ou ao redirecionamento automático para a caixa de spam. Em seguida, foi realizada abordagem via WhatsApp, que resultou em maior adesão à pesquisa. Ressalta-se, contudo, que diversos números não possuíam acesso ao aplicativo ou estavam inoperantes. Como resultado, a amostra final foi composta por 38 estudantes, com dados coletados entre os meses de agosto e novembro de 2024.

O público evadido que respondeu à pesquisa foi composto majoritariamente por estudantes dos cursos superiores, seguidos pelos cursos subsequentes e PROEJA: Tecnologia em Design Gráfico ($n = 15/39,5\%$), Licenciatura em Ciências Biológicas ($n = 9/23,7\%$), Técnico em Química Subsequente ($n = 9/23,7\%$), Técnico em Meio Ambiente Subsequente ($n = 2/5,3\%$), Técnico em Panificação Integrado ao Ensino Médio (PROEJA) ($n = 2/5,3\%$) e Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio (PROEJA) ($n = 1/2,6\%$). Não houve retorno de participantes dos cursos integrados. A ausência de respostas nessa

modalidade pode estar relacionada à necessidade de autorização dos responsáveis legais, devido à menoridade dos estudantes. Adicionalmente, essa categoria, juntamente com o PROEJA, apresentou o menor número de evadidos no período analisado.

O perfil sociodemográfico evidenciou que 52,6% dos participantes se identificaram como do sexo masculino ($n = 20$) e 47,4% como do sexo feminino ($n = 18$), com média de idade de 30 anos (desvio padrão = 8,9). A maioria se declarou parda ($n = 18/47,4\%$) ou branca ($n = 12/31,6\%$) e 63,2% estavam solteiros ($n = 24$). Todos os participantes residiam em zona urbana, sendo a maioria de João Pessoa ($n = 15/39,5\%$), Cabedelo ($n = 11/28,9\%$) e Santa Rita ($n = 5/13,2\%$). Quanto à estrutura familiar, 31,6% ($n = 12$) informaram ter filhos (média de idade dos filhos: 2 anos) e 60,5% residiam com a família habitual durante o período letivo ($n = 23$). A renda familiar mensal declarada por 92,2% dos respondentes ($n = 35$) era de até três salários mínimos. À época da coleta, 65,8% ($n = 25$) não estavam estudando (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Dados sociodemográficos, características de saúde e perfil acadêmico dos participantes do estudo ($n = 38$)

Variável	Categoria	n (%)
Sexo	Masculino	20 (52,6%)
	Feminino	18 (47,4%)
Idade (média e DP)		30 $\pm$ 8,9
Autodeclaração de cor/raça	Parda	18 (47,7%)
	Branca	12 (31,6%)
	Preta	4 (10,5%)
	Não quis declarar	2 (5,3%)
	Indígena	1 (2,6%)
	Amarela	1 (2,6%)
Estado civil	Solteiro	24 (63,2%)
	Casado	7 (18,4%)
	União estável	4 (10,5%)
	Divorciado	2 (5,3%)
	Separado	1 (2,6%)
Cidade de residência	João Pessoa	15 (39,5%)
	Cabedelo	11 (28,9%)
	Santa Rita	5 (13,2%)
	Outra	4 (10,5%)
	Bayeux	3 (7,9%)
Filhos (média de idade, em anos)	Não	26 (68,4%)
	Sim	12 (31,6%) $\pm$ 2
Trabalha atualmente	Trabalha em tempo integral	16 (42,1%)
	Trabalha em tempo parcial	7 (18,4%)
	Não trabalha	15 (39,5%)
Renda mensal familiar	Menos de 1 salário mínimo	8/21,1%
	Entre 1 e 3 salários mínimos	27/71,1%
	Entre 4 e 6 salários mínimos	2/5,3%
	Mais de 6 salários mínimos	1/2,6%
Horas de sono por dia	Menos de 4 horas	1 (2,6%)
	De 4 a 6 horas	22 (57,9%)
	De 7 a 9 horas	14 (36,8%)
	Acima de 9 horas	1 (2,6%)
Autopercepção da saúde mental	Ótima	–
	Boa	16 (42,1%)
	Mais ou menos	14 (36,8%)
	Ruim	7 (18,4%)
	Péssima	1 (2,6%)
Histórico de algum problema de saúde física ou psicológica	Não	21 (55,3%)
	Sim	17 (44,7%)

Forma de aprovação no IFPB – Campus Cabelo	Ampla concorrência	20 (52,6%)
	Cota	18 (47,4%)
Continuou os estudos após a evasão	Não	25 (65,8%)
	Sim	13 (34,2%)
Período de evasão	Começo do curso (1º ano)	27 (71%)
	Meio do curso (2º e 3º anos)	3 (7,9%)
	Final do curso (4º ano)	7 (18,4%)
	Não respondeu	1 (2,6%)
Reprovação no curso evadido	Sim	21 (55,3%)
	Não	17 (44,7%)
Participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão	Não participei	28 (73,7%)
	Pesquisa	6 (15,8%)
	Extensão	4 (10,5%)
	Monitoria	1 (2,6%)
	Outra	3 (7,9%)

Fonte: dados da pesquisa

Compreender o perfil sociodemográfico, bem como as condições de saúde e a trajetória acadêmica dos estudantes, é fundamental para identificar fatores associados à evasão e planejar estratégias de enfrentamento. Os dados indicam que a evasão ocorreu, em sua maioria, no primeiro ano de ingresso na instituição ($n = 27/71\%$). Para contextualizar esse resultado, destaca-se o estudo de Nierotka, Salata e Martins (2023), realizado em uma universidade federal, no qual se identificou maior prevalência de evasão no primeiro ano do curso, achado compatível com os resultados da presente investigação.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações institucionais voltadas ao acolhimento, à aproximação e à permanência dos estudantes, especialmente nos períodos iniciais. Tais ações podem incluir a promoção da participação em projetos de pesquisa e extensão, o incentivo a programas de monitorias introdutórias e tutorias por pares, visitas técnicas, eventos técnico-científicos, entre outras atividades integradoras. Ressalta-se que as monitorias introdutórias realizadas por estudantes mais avançados no curso e as tutorias por pares, conduzidas por discentes com maior domínio sobre determinado conteúdo, são estratégias que podem facilitar a adaptação e o sucesso dos estudantes ingressantes (Estevam *et al.*, 2018; Frison, 2016). A atuação intensificada da Coordenação Pedagógica e dos setores de apoio ao estudante também é recomendada nesse momento crítico da trajetória acadêmica.

No que diz respeito à saúde dos participantes, observou-se que 22 (57,8%) consideravam sua saúde mental péssima, ruim ou regular. Além disso, 23 (60,5%) relataram possuir qualidade de sono inadequada, enquanto 17 (44,7%) mencionaram histórico de problemas de saúde física ou psicológica, dos quais 9 (52,3%) estavam relacionados a quadros de ansiedade e/ou depressão. Esses dados evidenciam a importância de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental, com atenção contínua a sintomas sugestivos de sofrimento psíquico (Tabela 1).

Ainda sobre saúde mental, destaca-se o impacto do contexto pós-pandemia de COVID-19. Embora o estudo tenha sido realizado com estudantes que evadiram em 2023 e 2024, considera-se que os efeitos da pandemia possam ter sido catalisadores ou agravantes de transtornos mentais pré-existent. Nesse sentido, Oliveira *et al.* (2022), por meio de uma revisão da literatura científica, identificaram que o isolamento social, a quebra da rotina e o medo da contaminação contribuíram significativamente para o aumento de sintomas de ansiedade, depressão e estresse entre estudantes universitários.

A reprovação foi apontada como um fator relevante para a evasão: 21 (55,3%) estudantes afirmaram ter reprovado em ao menos uma disciplina, período ou ano. Adicionalmente, 28 participantes (73,7%) relataram nunca ter participado de atividades extracurriculares, como projetos de pesquisa, extensão ou monitoria. Os achados convergem com os de Costa (2018), que, em estudo longitudinal baseado no Censo da Educação Superior, verificou maior índice de evasão entre estudantes sem envolvimento em atividades acadêmicas complementares. Enquanto aquele estudo

utilizou dados secundários, este se valeu de abordagem direta com os próprios estudantes evadidos, o que confere caráter complementar à análise. Diante desse contexto, recomenda-se que o engajamento dos discentes em ações de pesquisa e extensão ocorra desde os períodos iniciais, favorecendo o vínculo com a instituição e o sentimento de pertencimento ao ambiente escolar.

Ao se analisar os fatores que contribuíram para a evasão dos cursos técnicos no Campus Cabedelo, observou-se que os fatores externos foram os que exerceram maior influência na decisão de abandono, seguidos dos fatores individuais e institucionais, respectivamente. Dentre os principais fatores externos, destacaram-se a dificuldade de transporte, a falta de segurança e a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. No âmbito dos fatores individuais, os aspectos relacionados à saúde e questões pessoais foram os mais recorrentes. Quanto aos fatores institucionais, a ausência ou insuficiência de políticas de assistência estudantil foi o aspecto mais destacado pelos participantes.

A Tabela 2 apresenta as médias das variáveis investigadas, classificadas por tipo de fator associado à evasão. As questões utilizadas na pesquisa foram respondidas com base em uma escala de Likert de 1 a 5, sendo que 1 corresponde a "não contribuiu" e 5 a "contribuiu totalmente". Dessa forma, quanto mais próxima de 5 for a média, maior foi a influência percebida do fator na evasão escolar.

Tabela 2 – Médias dos fatores individuais, institucionais e externos associados à evasão no IFPB, Campus Cabedelo

Categorização dos fatores associados à evasão (média)	Subcategorização dos fatores associados à evasão (média)	Fatores associados à evasão	Média	
Externos (2,16)	Transporte (2,95)	Dificuldade de transporte para o Campus Cabedelo	2,95	
	Segurança (2,84)	Falta de segurança para voltar para casa	2,84	
	Questões econômicas, sociais e local de moradia (2,06)	Distância entre o Campus Cabedelo e a residência	2,87	
		Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante	2,05	
		Falta de acesso a serviços públicos sociais e de saúde	1,95	
		Mudança de cidade	1,84	
		Falta de moradia	1,58	
	Mercado de Trabalho (1,7)	Desvalorização da profissão pela sociedade	1,74	
		Salário desestimulante após a formação	1,66	
	Individuais (1,69)	Questões pessoais e de saúde (1,94)	Dificuldade em conciliar estudo e trabalho	3,08
Problemas pessoais e familiares			2,39	
Problemas psicológicos que causam maior impacto no estudante (ansiedade ou depressão)			2,18	
Problema de saúde do estudante ou familiar			1,95	
Baixa autoestima			1,68	
Falta de apoio da família no processo ensino aprendizagem			1,63	
Necessidade de cuidar do filho no horário do curso			1,34	
Busca por outras escolas consideradas de fácil aprovação			1,24	
Mudança de interesse profissional ou pessoal			1,92	
Falta de perspectiva profissional			1,74	
Questões vocacionais (1,57)		Desestímulo pela área de formação	1,55	
		Falta de aptidão para o curso escolhido	1,45	
		Escolha precoce da profissão	1,18	
		Questões acadêmicas e de aprendizagem	Indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aulas	2,32
			Não envolvimento em atividades acadêmicas (pesquisa,	1,63

Institucionais (1,51)	(1,55)	extensão, monitoria)	
		Baixo rendimento acadêmico	1,63
		Dificuldades de adaptação à vida acadêmica	1,53
		Problemas disciplinares	1,53
		Dificuldade de trabalhar em grupo	1,42
		Falta de hábito de estudo	1,37
		Dificuldade de aprendizagem	1,32
		Dificuldade em acompanhar o curso devido a deficiência nos conhecimentos relativos à educação básica	1,18
	Assistência estudantil (2,13)	Falta de incentivo financeiro que auxilie a manutenção do estudante	2,32
		Insuficiência de recursos do programa de assistência estudantil	2,29
		Falta de regularidade no pagamento das bolsas de assistência estudantil	1,79
	Questões relacionadas ao ensino (1,49)	Excesso de carga horária semanal de aulas	1,63
		Dificuldades na realização do estágio curricular	1,61
		Dificuldade de realização de visitas técnicas	1,53
		Dificuldade de realização de aulas práticas	1,53
		Excesso de disciplinas no período letivo	1,50
		Inadequação da metodologia de ensino dos professores	1,42
		Excesso de cobrança dos professores	1,39
	Questões organizacionais (1,47)	Excesso de avaliações	1,34
		Déficit na estrutura de apoio ao funcionamento do curso (COPAE, CAEST, Coordenação de Turno)	1,71
		Inexistência dos programas institucionais para o estudante (iniciação científica, monitoria, extensão)	1,63
		Greve ou possibilidade de greve	1,63
		Falta de assiduidade dos docentes	1,50
		Falta de acompanhamento e apoio pedagógico	1,45
		Falta de integração curricular (Projetos Integradores, Projetos Interdisciplinares, etc.)	1,42
		Alta rotatividade de docentes em algumas disciplinas	1,39
		Deficiência ou falta de formação pedagógica dos docentes	1,34
		Falta de docentes em algumas disciplinas	1,29
	Infraestrutura (1,45)	Inadequado processo de seleção e política de ocupação das vagas dos cursos	1,29
		Falta de infraestrutura para atender às necessidades da permanência do estudante de período integral na escola	1,84
		Falta de infraestrutura adequada na unidade de ensino	1,29
	Relações interpessoais (1,27)	Falta de acervo bibliográfico	1,21
		Dificuldades na relação docente-estudante	1,63
		Dificuldades na relação estudante-estudante	1,34
		Presença de conflitos ou violência no Campus (assédio sexual, violência física, verbal, etc.)	1,32
		Desrespeito da comunidade escolar à diversidade e inclusão social	1,05
	Bullying	1,03	

Fonte: dados da pesquisa

É relevante observar que os fatores institucionais apresentaram as menores médias entre os grupos analisados, configurando-se como os de menor influência no fenômeno da evasão. Tal resultado merece atenção, especialmente à luz do estudo de Santos Junior e Real (2019), que

analisaram a evasão no ensino superior ao longo de 19 anos. Esses autores buscaram identificar se o fator institucional era apontado como uma das causas da evasão e constataram uma maior tendência por estudos de caso em cursos presenciais de universidades federais. Além disso, destacaram que o fator institucional tem sido pouco explorado na literatura científica sobre o tema.

Nesse sentido, apresentam-se os principais fatores associados à saída do curso, independentemente de sua categorização como individual, institucional ou externa: dificuldade de conciliar estudo e trabalho (3,08), dificuldade de transporte até o campus (2,95), distância entre o campus e a residência (2,87), falta de segurança para retornar à residência (2,84), problemas pessoais e familiares (2,39), ausência de incentivo financeiro que auxilie na manutenção do estudante (2,32), insuficiência dos recursos do programa de assistência estudantil (2,29), problemas psicológicos, como ansiedade e depressão (2,18), e vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante (2,05). Ressalta-se que os itens “desrespeito da comunidade escolar à diversidade e inclusão social” (1,05) e “bullying” (1,03) foram os que menos contribuíram para o fenômeno, conforme apresentado na Tabela 2.

Com relação aos modelos teóricos internacionais de evasão discutidos por Pinheiro, Ribeiro e Fernandes (2023), o modelo interacionista se destaca como o mais adequado para a compreensão dos resultados deste estudo, pois enfatiza a relação direta entre fatores financeiros e a permanência ou desistência dos estudos. Muitos dos estudantes participantes precisavam conciliar os estudos com o trabalho e indicaram a ausência de incentivo financeiro como fator decisivo para a evasão. No entanto, outros modelos também contribuem para a análise dos achados. Ao se identificar que a maioria dos estudantes evadidos ($n = 28$; 73,7%) nunca participou de atividades extracurriculares, como pesquisa, extensão e monitoria, o modelo do envolvimento surge como explicação plausível. Segundo esse modelo, experiências acadêmicas mais amplas tendem a aumentar o engajamento dos discentes, reduzindo a evasão. Adicionalmente, as teorias da integração social e acadêmica, que valorizam o bom desempenho acadêmico e vivências institucionais positivas, também podem ajudar a compreender a evasão observada, dado que 55,3% dos respondentes ($n = 21$) relataram ter sido reprovados em pelo menos uma disciplina durante o curso.

No que se refere aos fatores com média superior a dois, os fatores externos “dificuldade de transporte” (2,95), “distância entre o Campus Cabedelo e o local de residência” (2,87) e “falta de segurança para voltar para casa” (2,84) foram os mais mencionados. Tais dados merecem atenção institucional. O Campus Cabedelo está situado no bairro Jardim Camboinha, nas proximidades da BR-230, e dispõe de uma estação ferroviária localizada em frente à instituição. Essa infraestrutura facilita, em certa medida, o acesso de estudantes oriundos de municípios vizinhos, como Santa Rita, Bayeux e João Pessoa. No entanto, o deslocamento continua sendo considerado longo ou exige a utilização de transporte complementar. A prefeitura municipal de Cabedelo disponibiliza ônibus escolares para o campus, mas, apesar desses esforços, a dificuldade de acesso permanece, sobretudo para estudantes que residem em outras cidades.

O estudo de Dutra, Souza e Fernandes (2022), que investigou alunos com potencial de evasão nos cursos técnicos subsequentes, a partir da mineração de dados educacionais no IFPB, Campus Cajazeiras, concluiu que a distância geográfica entre o local de residência do estudante e o campus não constitui fator relevante para a evasão. Tal achado possivelmente não se aplica ao contexto do Campus Cabedelo, pois o fator “distância entre o Campus Cabedelo e o local de residência” apresentou uma das maiores médias entre os fatores associados à evasão. Uma possível explicação para a discrepância entre os resultados pode estar nas diferenças regionais entre os campi: Cajazeiras está situada no sertão paraibano, enquanto Cabedelo localiza-se no litoral, na região metropolitana de João Pessoa; ambas as localidades apresentam dinâmicas sociais e sistemas de transporte distintos, o que pode influenciar na permanência estudantil.

No âmbito individual, a “dificuldade em conciliar estudo e trabalho” (3,08) destacou-se como o fator com maior média no estudo. Os dados sociodemográficos indicam que a maioria dos estudantes evadidos possui renda familiar de até três salários mínimos ($n = 35$; 92,1%), trabalha ($n = 23$; 60,5%) e não retomou os estudos após a evasão ($n = 25$; 65,8%). A necessidade de trabalhar emerge, assim, como um obstáculo significativo à continuidade da formação. Tal situação é preocupante, pois a

evasão compromete a qualificação da força de trabalho, reduz oportunidades de inserção no mercado e gera perdas econômicas tanto para a instituição quanto para o país. Além disso, destaca-se a dificuldade de reinserção em cursos técnicos e superiores, conforme apontado por Silva Filho *et al.* (2007).

Um estudo realizado no IFPB, Campus Campina Grande, por Barros *et al.* (2020), avaliou as causas da evasão nos cursos de licenciatura em Matemática e Física. Os autores concluíram que a dificuldade de conciliar trabalho e estudo foi o fator pessoal que mais contribuiu para o abandono dos cursos. Esses achados refletem os resultados obtidos no presente estudo, que contou majoritariamente com a participação de estudantes dos cursos superiores e técnicos subsequentes. Dessa forma, constata-se que o vínculo com o mundo do trabalho já está presente na realidade de muitos indivíduos que buscam uma formação superior ou técnica.

Ainda na categoria individual, o fator “problemas pessoais e familiares” (2,39) apresenta relevância. Variáveis como a existência de filhos ou dependentes e a qualidade das relações interpessoais contribuem para a compreensão desse aspecto. Verificou-se que 12 participantes (31,6%) têm filhos e 18 (47,4%) possuem dependentes familiares formais. Quanto à qualidade das relações familiares, 7 (16,4%) consideraram-nas excelentes, 24 (63,2%) boas, 5 (13,2%) medianas e 2 (5,2%) ruins ou péssimas. A responsabilidade com dependentes pode priorizar o trabalho em detrimento do tempo dedicado aos estudos, como se observa na média de 2,32 atribuída ao fator “indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aula”. Além disso, relações familiares instáveis podem comprometer o engajamento com os estudos e com as atividades institucionais. No mesmo eixo individual, os “problemas psicológicos, como ansiedade e depressão”, apresentaram média de 2,18, sugerindo que questões de saúde mental também interferem na permanência escolar.

No que se refere aos fatores institucionais, destacam-se a “falta de incentivo financeiro que auxilie a manutenção do estudante” (2,32) e a “insuficiência de recursos do programa de assistência estudantil” (2,29). Esses resultados evidenciam que a dimensão financeira configura-se como um alerta à permanência estudantil. Os auxílios institucionais, nesse contexto, representam ferramentas relevantes para a transformação de realidades vulneráveis. Embora Nierotka, Salata e Martins (2023), em estudo realizado na UFFS, argumentem que o nível socioeconômico não seria determinante para a evasão, tal achado não parece se aplicar ao contexto do Campus Cabedelo, onde fatores econômicos, sociais e culturais demonstraram correlação com a evasão.

Ao considerar a contradição entre esses dados, observa-se que, com a criação dos Institutos Federais, a população socioeconomicamente vulnerável passou a ter maior acesso à educação. De acordo com o MEC (2014), a rede federal é caracterizada por uma presença marcante de estudantes com baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes ou com necessidades educacionais específicas. Dessa forma, o Campus Cabedelo, situado em um bairro socialmente marginalizado, reflete essa realidade, contando com um público majoritariamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Campus Cabedelo apresenta uma prática consolidada de curricularização da extensão, com forte integração entre ensino, pesquisa e extensão. Essa característica pode ter influenciado positivamente os resultados relativos à evasão nas questões acadêmicas, como indicam as médias reduzidas dos itens “não envolvimento em atividades acadêmicas” (1,63), “dificuldade de realização de visitas técnicas” (1,53) e “aulas práticas” (1,53). Mesmo assim, sugere-se que essas atividades sejam antecipadas no percurso formativo, a fim de estimular o engajamento estudantil logo no início do curso e mitigar os índices de evasão. Destaca-se, ainda, que bolsas de monitoria, pesquisa e extensão são oferecidas como incentivo à participação discente.

Outra ação relevante do campus é o Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), vinculado à política de Assistência Estudantil do IFPB. O PAPE visa atender necessidades básicas, como transporte, alimentação, moradia e material pedagógico. No entanto, a percepção dos participantes indica que o número de vagas disponíveis ainda é insuficiente. Costa (2018) identificou maiores índices de evasão entre estudantes que não receberam apoio social, corroborando os achados do presente estudo.

Por fim, considerando o contexto dos Institutos Federais, Sacramento, Albuquerque e Cypriano (2021) realizaram um mapeamento sistemático da literatura acerca da evasão e permanência escolar no ensino técnico de nível médio integrado. Como resultado, identificaram que os fatores individuais mais destacados relacionados à evasão foram, respectivamente: “discrepância de conhecimentos e habilidades dos/as alunos/as no momento de ingresso nos cursos”; “decisão precoce exigida na escolha da profissão, o que pode levar à falta de identificação com o curso escolhido”; “históricos de retenções que geram distorções idade/série”; e “questões emocionais”. Em relação aos fatores internos à instituição, os principais apontados foram “práticas de ensino e de aprendizagem pouco atrativas e exigentes” e “organização curricular inadequada”. No âmbito externo, destacaram-se a “distância entre a residência e o campus” e a “dificuldade econômica do/a estudante/família”.

Ao comparar esses dados com os achados do presente estudo, observa-se maior concordância quanto aos fatores externos e maior discrepância, em termos de relevância, em relação aos fatores institucionais e individuais associados à evasão escolar. Ressalta-se que este trabalho não incluiu participantes do ensino técnico de nível médio integrado, o que pode ter contribuído para um perfil de evasão distinto daquele identificado no mapeamento sistemático da literatura. Assim, compreender as possíveis causas da evasão nas diferentes modalidades de ensino mostra-se essencial para o enfrentamento dessa problemática no âmbito dos Institutos Federais.

5 Considerações finais

Os dados obtidos no estudo revelaram que a evasão ocorre predominantemente no primeiro ano dos cursos. Em relação às características sociodemográficas, observou-se que a idade média dos estudantes evadidos foi de 30 anos, indicando, majoritariamente, um público adulto. No contexto acadêmico, constatou-se que a maioria dos evadidos não participou de atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ter registrado reprovações em disciplinas, semestres ou anos letivos. Adicionalmente, a maior parte dos estudantes trabalhava, possuía renda familiar de até três salários mínimos e não retomou os estudos após a evasão.

Esses resultados podem constituir um ponto de partida para a identificação dos perfis mais suscetíveis à evasão na instituição, permitindo o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento mais próximo por parte da coordenação dos cursos e dos setores responsáveis pelo ensino, com vistas à promoção da permanência estudantil. Além disso, torna-se necessária a implementação de políticas sistematizadas de atuação, capazes de envolver toda a comunidade acadêmica – gestores, docentes, discentes, familiares e colaboradores terceirizados –, com o objetivo de fortalecer ações de enfrentamento à evasão, pautadas na escuta qualificada e em um olhar sensível voltado aos estudantes, de modo a delimitar o problema e reduzir suas taxas a níveis aceitáveis.

No que tange aos fatores associados à evasão nos cursos presenciais do IFPB, Campus Cabedelo, os fatores externos foram os mais relevantes, seguidos pelos fatores individuais e institucionais. Entre os fatores externos, destacaram-se a dificuldade de transporte, a falta de segurança e a vulnerabilidade socioeconômica. Os fatores individuais estiveram relacionados, principalmente, a questões pessoais e de saúde, como a dificuldade de conciliar estudo e trabalho, problemas pessoais, familiares e psicológicos. Quanto aos fatores institucionais, aqueles vinculados à assistência estudantil foram apontados como os mais impactantes.

Essas informações delineiam um panorama das principais causas da evasão, especialmente entre os estudantes dos cursos superiores e subsequentes, uma vez que não houve participação de representantes dos cursos integrados, o que pode explicar algumas divergências em relação à literatura científica analisada. Nesse sentido, destaca-se a necessidade da realização de estudos que avaliem as causas da evasão com uma amostragem ampliada, abrangendo todas as modalidades de ensino. Ademais, recomenda-se a condução de estudos longitudinais, com o intuito de acompanhar a trajetória acadêmica dos estudantes. Tais abordagens possibilitariam a identificação de associações entre as variáveis sociodemográficas dos grupos de estudantes matriculados e evadidos.

Por fim, aponta-se como limitação do presente estudo a ausência de análise estatística que associe as variáveis sociodemográficas às causas de evasão. Essa lacuna deve ser abordada por investigações futuras, com amostragens representativas de todas as modalidades de ensino.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Instituto Federal da Paraíba, Campus Cabedelo, pelo apoio concedido ao desenvolvimento da pesquisa.

Financiamento

Esta pesquisa recebeu apoio financeiro a estudantes por meio da Chamada 03/2024 – Interconecta promovida pelo Instituto Federal da Paraíba, Campus Cabedelo.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Declaração do Conselho de Ética

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), sob CAAE nº 80329224.6.0000.5185.

Contribuições ao artigo

CASTRO, K. S.: concepção ou desenho do estudo/pesquisa; coleta, análise e/ou interpretação dos dados; elaboração e redação do manuscrito; revisão crítica, com participação intelectual significativa; supervisão geral e coordenação do projeto ou estudo. **GARCIA, J. A. G.:** coleta, análise e/ou interpretação dos dados; elaboração e redação do manuscrito. **ASSIS, D. P.:** coleta, análise e/ou interpretação dos dados; elaboração e redação do manuscrito. **LOPES, A. B. M. P.:** coleta, análise e/ou interpretação dos dados; elaboração e redação do manuscrito. **FERREIRA, Y. C.:** coleta, análise e/ou interpretação dos dados; elaboração e redação do manuscrito. **FARIAS, R. V.:** concepção ou desenho do estudo/pesquisa; revisão crítica, com participação intelectual significativa; supervisão geral e coordenação do projeto ou estudo. Todos os autores participaram da escrita, discussão, leitura e aprovação da versão final do artigo.

Referências

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>.

BARROS, A. S. X.; FIGUEIREDO, A. S.; LUNA, W. A.; SILVA, E. F.; ALMEIDA, F. J.; SOUZA, L. S.; NASCIMENTO, D. A. A evasão discente no contexto dos cursos de licenciaturas em matemática e física do IFPB-CG. **Revista Principia**, v. 1, n. 48, p. 20-32, 2020. DOI <https://doi.org/10.18265/1517-03062015v1n48p20-32>.

BRANCO, U. V. C. Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (campinas), v. 25, n. 1, p. 52-72, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100004>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 11.892/2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 30 dez 2008. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 26 abr. 2024.

COSTA, F. P. **Acesso e permanência no ensino superior: uma análise para as universidades federais brasileiras**. 2019. Dissertação. (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31802>. Acesso em: 26 abr. 2024.

DUTRA, J. F.; SOUZA, J. P. L.; FERNANDES, D. Y. S. Classificação de estudantes com potencial à evasão: aplicando mineração de dados no contexto de cursos técnicos subsequentes do IFPB. **Revista Principia**, v. 59, n. 3, p. 1009-1027, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/1517-0306a2021id5488>.

ESTEVAM, C.; BASILIO, A. J.; STICCA, M. G.; VERSUTI, F. M. Programa de tutoria por pares no ensino superior: estudo de caso. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 2, p. 185-195, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2019v19n2p185>.

FREDENHAGEM, S.; COMETTI, N.; BONFIM, C. J. L.; ARAÚJO, F. D. A voz da evasão. **Revista Eixo**, v. 1, n. 2, p. 2-19, 2012. DOI: <https://doi.org/10.19123/eixo.v1i2.51>.

FREITAS, K. S. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. **Eccos – Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 247-264, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.v11i1.1062>.

FRISON, L. M. B. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p. 133-153, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607908>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IFPB. **Sobre o campus**. 2025. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/cabedelo/institucional/sobre-o-campus>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MEC – Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

MEC – Ministério da Educação. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evacao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 abr. 2025.

MENDES, M. S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Estudos De Psicologia (campinas)**, v. 30, n. 2, p. 261-265, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Pg4SnYsQ5gzWfD688gD4c8b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2025.

NIEROTKA, R. L.; SALATA, A.; MARTINS, M. K. Fatores associados à evasão no ensino superior: um estudo longitudinal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, e09961, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053149961>.

OLIVEIRA, E. N.; LIMA, L. M. C.; SILVA, L. C. M.; NASCIMENTO, R. S.; ZIESEMER, R. P. M.; COSTA, J. B. C. Saúde mental de estudantes do ensino superior durante a pandemia da COVID-19: scoping review. **Saúde em Redes**, v. 8, n. 3, p. 405-421, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2022v8n3p405-421>.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **RETTA: Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://mapadatese.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/02/criac3a7c3a3o-e-implantac3a7c3a3o-dos-institutos-federais-cc3a9lia-otranto.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília e São Paulo: Ed. Moderna, 2011.

PAULA, G. **Desigualdades sociais e evasão no ensino superior: uma análise em diferentes níveis do setor federal brasileiro**. 2021. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39508>. Acesso em: 26 abr. 2025.

PINHEIRO, C. B.; RIBEIRO, J. L. L. S.; FERNANDES, S. A. F. Modelos teóricos da evasão no ensino superior e notas sobre o contexto nacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 28, e0232015, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100022>.

RODRIGUES, A. J. **Metodologia científica**. 1. ed. São Paulo: Avercamp, 2006.

ROSA, A. H.; AQUINO, F. J. A. A evasão escolar na Educação Profissional técnica de nível médio: um olhar profundo sobre dois grandes vilões: a ausência de informações e a falta de identidade do ensino técnico. **Research Society and Development**, v. 8, n. 7, e40871151, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i7.1151>.

SACRAMENTO, L. N. D.; ALBUQUERQUE, M. C. N.; CYPRIANO, C. A. C. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, 2021. DOI: <http://doi.org/10.29148/labor.v1i26.71888>.

SANTOS JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M. Fator institucional para a evasão na educação superior: análise da produção acadêmica no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 6, e020037, 2019. DOI: <http://doi.org/10.20396/riesup.v6i0.8656028>.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, P. 641-659, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>.